



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680158 - RS (2021/0219202-4)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : MARCOS JOSE DA SILVA SANTOS
ADVOGADO : MARCOS JOSÉ DA SILVA SANTOS - RS120000
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RUDINEI VARGAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RUDINEI VARGAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 70085201457).

O paciente cumpria pena de 1 ano e 11 meses de reclusão pela prática do delito previsto no art. 155, §§ 2º e 4º, inciso IV, do CP, tendo empreendido fuga em 13/3/2018.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, diante da negativa das instâncias de origem em declarar a extinção da punibilidade do paciente, em virtude da prescrição da pretensão executória, conforme os arts. 107, IV, 109, VI, e 113, todos do Código Penal.

Defende que, para prescrição, deve ser considerado no cálculo apenas a pena remanescente, que, no caso, teria transcorrido em 13/3/2021.

Afirma que não há sentença transitada em julgado relativa à nova ação penal a que responde o paciente, razão pela qual tal fato não tem o condão de caracterizar a reincidência e, portanto, obstar a declaração da prescrição executória. No mesmo sentido, ressalta que a prisão em flagrante também não representa óbice à extinção da pena pela prescrição.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja declarada a extinção da punibilidade do paciente. Subsidiariamente, pede seja determinada a suspensão da execução da pena até o julgamento do presente *writ*, com o recolhimento do mandado de prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente